

## O GTP COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A GOVERNANÇA DE FÓRUNS NA AMAZÔNIA PARAENSE

*Mílvio da Silva RIBEIRO<sup>1</sup>*  
*Sérgio Cardoso de MORAES<sup>2</sup>*

### Resumo

O artigo objetiva ressaltar a escolha de método para a análise de quatro Fóruns de Desenvolvimento Municipal (FDM's), criados a partir do Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Pará (PARÁ RURAL), compreendidos na ideia de governança, de negociação, deliberação e implementação como espaços institucionais da gestão política. O método escolhido para analisar a área de estudo e contribuir à governança dos Fóruns de forma integradora na complexidade do Bioma Amazônico foi o Geossistema, Território e Paisagem-GTP (fonte – recurso – identidade). Neste sentido a paisagem assume, além dos aspectos naturais, uma dimensão fortemente histórica, ligadas às formas e ritmos da sua apropriação e que repousa sobre as inter-relações materiais e energéticas, cujo ajustamento está na relação entre homem e a natureza. Desse modo, a metodologia se constituiu essencialmente no levantamento bibliográfico de literaturas que referenciam sobre território e paisagem. Diante da complexidade do tema proposto identificamos que tanto a governança territorial no âmbito público, como a relação do Estado-mercado-sociedade civil, precisa de ajustes para garantir os objetivos propostos pelo Programa.

**Palavras-chave:** Fóruns, GTP, governança.

### THE GTP AS CONTRIBUTION TO THE GOVERNANCE OF FORUMS ON PARAENSE AMAZON

#### Abstract

This article aims to emphasize the choice of method for the analysis of four Municipality Development Forums (FDMs), created based on the Pará Program to Reduce Poverty and Management of Natural Resources, understood on the idea of governance, negotiation, deliberation and implementation as institutional spaces of policy management. The method chosen to analyze the study area and contribute to the governance of Forums in a integrative way to the complexity of the Amazon biome was the geosystem, Planning and Landscape-GTP (source - resource - identity). This way, besides the natural aspects, the Landscape takes a strong historical dimension, linked to the forms and rhythms of its appropriation, resting on material and energy interrelations, whose adjustment is in the relationship between man and nature. Thus, the methodology consisted essentially in bibliographic study of reference literature about the territory and landscape. Facing the complexity of the theme under study, we identified that both territorial governance in a public perspective, as well as the state-market-civil society relationship needs adjustments in order to accomplish the objectives proposed in this program.

**Keywords:** Forums, GTP, governance.

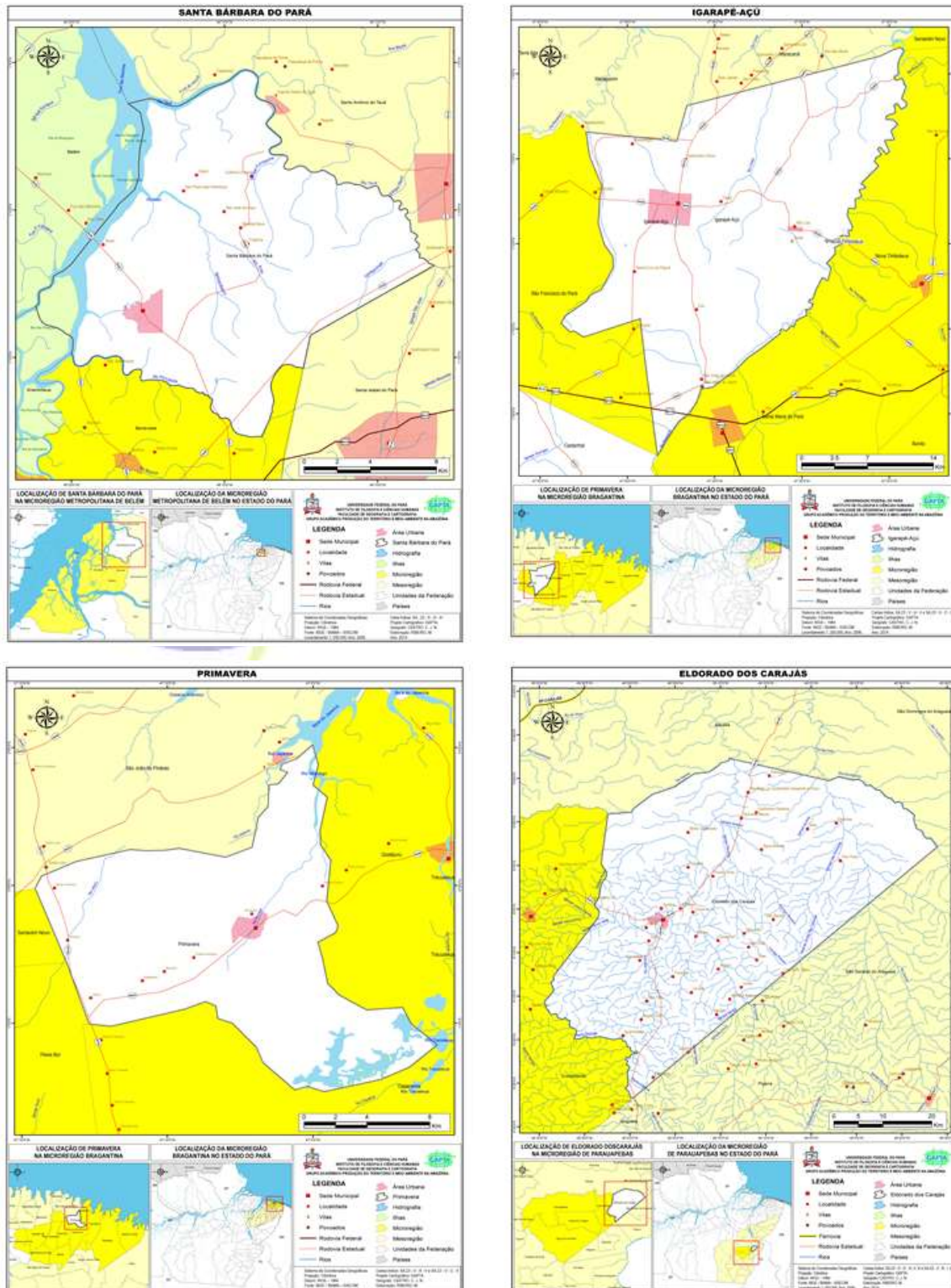
## INTRODUÇÃO

Na busca de promover o desenvolvimento territorial e sustentável, bem como a diminuição da pobreza no meio rural paraense, o Governo do Estado do Pará instituiu o Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Pará, (Pará Rural/PPR). Em seu âmbito foram criados alguns Fóruns de Desenvolvimento Municipal (FDM's) enquanto unidade de governança, neles foram levantadas demandas para que a materialidade do desenvolvimento ocorresse a partir de Projetos de Investimento Produtivos (PIPs), co-

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em geografia da Universidade Federal do Pará – Belém-Pará. e-mail: [milviosr@hotmail.com](mailto:milviosr@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professor Dr. Programa de Pós-graduação em geografia da Universidade Federal do Pará – Belém-Pará. e-mail: [scmoraes@ufpa.br](mailto:scmoraes@ufpa.br)

financiado pelo Governo do Estado do Pará (GEP) e Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).



Os FDM's eleitos para a discussão e análise foram dos municípios de Santa Barbara do Pará, localizado microrregião e zona metropolitana de Belém; Igarapé-Açú-PA e Primavera-PA, localizados na microrregião bragantina, ambos na mesorregião nordeste paraense e Eldorado dos Carajás-PA, localizado na microrregião de Parauapebas e mesorregião sudeste paraense. Espacialmente, escolhidos para aplicação, análise e discussão do GTP - Geossistema, território e paisagem como contribuição aos estudos da governança dos Fóruns de Desenvolvimento Municipal. A seguir os mapas de localização dos municípios.

O Pará Rural, no recorte temporal que vai de 2008 a 2012 atingiu 73 municípios dos 144 do Estado do Pará. Desse modo, faz-se necessário um conjunto de esforços que tratam de aproximações entre teoria e prática, entre teoria e a realidade onde os FDM's se encontram, incluindo suas peculiaridades, em que se leve em consideração aspectos do estudo geográfico, tais como a observação, para a comparação, explicações, diferenciações e excepcionalidade das áreas a serem estudadas.

Dessa maneira, têm-se como objetivos expor as categorias de análise, território e paisagem, e mais especificamente do Geossistema, território e paisagem com possibilidade para analisar os FDM's de forma integradora na complexidade do Bioma Amazônico, paisagem territorial ímpar. Contudo, ciente que mesmo utilizando o GTP não será possível captar todos os aspectos dos espaços a serem estudados, cabendo em algum instante lançar mão, ainda que periféricamente em outras categorias geográficas para fazer sobressair a essência do objeto escondida na aparência.

## O MODELO GTP

O saber científico é sempre um produto da interface entre um conjunto de regras determinadas, métodos e o objeto (Paulo César da Costa Gomes, 2007, p. 94).

A produção do saber é antes de tudo conhecimento ganho por observação, que se ordena por reflexão e reinspeção das coisas antes observadas, e que por via da experiência adquirida da intimidade destas observações vem a comparação e a síntese. Sendo a observação premissa necessária para estabelecer o que se pretende, é, portanto, um instrumento de análise (CHRISTOFOLETTI, 1985).

Desse modo, escolhe-se o Sistema Tripolar – Geossistema, território e paisagem (GTP) dos geógrafos franceses George Bertrand e Claude Bertrand (2007) como uma

possibilidade de interpretação e análise. Assim, tem-se que o GTP é usado para interpretar o meio rural por Pissinati; Archela (2009) quando inferem

O meio rural é um sistema dinâmico, tanto devido à busca natural por um equilíbrio entre seus elementos, quanto em decorrência das atividades humanas. Em áreas ocupadas por famílias de agricultores, o meio rural também apresenta uma cultura arraigada às experiências de seus pioneiros e ao amor à terra. (PISSINATI; ARCHELA, 2009, p. 2)

99

Referir-se à terra e aos demais recursos naturais como os geradores da renda que mantém essas famílias, fazem-se necessário compreender tal espaço para manter ou criar estratégias que visem uma exploração sustentável, assim partem da ideia de paisagem, conceituada por Bertrand (1968)<sup>3</sup> em sua defesa da paisagem a partir de uma visão holística, como “resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução”.

Eis um processo dialético verificado na natureza dos acontecimentos, nas ações que conjugam o objeto de estudo, na materialidade que se dá no meio rural, encontrando-se realidades opostas, mas nelas, se verifica as complementariedades em que uma não existe sem a outra, em cujas buscamos as verdadeiras essências escondidas atrás das aparências. Onde território e paisagem dialogam simultaneamente, constituindo um complexo não facilitador para a racionalização objetivada que se pretende realizar.

Expor racionalmente o presente estudo que envolve a criação de fóruns de desenvolvimento rural, no ponto de vista de governança territorial, esta não se resumindo apenas as questões de gestão de tomadas decisões de que projetos de investimentos produtivos sejam eficazes ao meio rural, mas também de salientar como o território e a paisagem são tratados nesse contexto. Nessa perspectiva, Guerra; Souza; Lustosa, (2012, p. 28) dizem, “reconhecê-lo como virtuoso método de análise para a Geografia e, quiçá contribuindo para o entendimento do GTP”.

Esta análise a cerca do geossistema se dá a partir da década de 1960 com as sistematizações pioneiras de Victor Sotchava e posteriormente as de Georges Bertrand (1968), instituem-se novos paradigmas à Geografia, por sua vez, unidos na ideia de integração e construção de uma ciência una. No entanto, os geossistema mostrava-se uma teoria estagnada,

<sup>3</sup> BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global: Esboço Metodológico**. R. RA E GA, Curitiba, Editora UFPR 2004. n. 8, p. 141-152. Tradução: Olga Cruz. Trabalho publicado, originalmente, na “Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest”, Toulouse, v. 39 n. 3, p. 249-272, 1968, sob título: Paysage et géographie physique globale. Esquisse méthodologique. Publicado no Brasil no Caderno de Ciências da Terra. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, n. 13, 1972.

que apesar de extremamente virtuosidade para a ciência geográfica no período de emergência, atualmente, frente à Geografia do século XXI, apresenta-se como alvo de críticas por mostrar-se reducionista, no tocante a inserção da sociedade na análise de interface com a natureza. Neste viés, apresenta-se, uma proposta de (re)leitura da Teoria Geossistêmica de Bertrand (1972). (GUERRA; SOUZA; LUSTOSA, 2012 p. 28).

100

Os FDM's, o PPR e PIP's, são instâncias, no primeiro se celebram o levantamento das demandas como possibilidade de produção do desenvolvimento rural, no segundo, se gestionam as demandas em forma de projetos e o terceiro é propriamente o projeto e sua execução no meio rural, e, em ambos a ideia de poder, em tese a possibilidade de governança. Dito desta forma parece algo simples, contudo, é justamente na busca da essência do PPR, dos seus "objetivos" de grupos no poder temporariamente, que se tem um diálogo que merece atenção ao analisar a paisagem e o território que se materializam as ações do programa.

Para pensar metodologicamente Pissinati; Archela, (2009) dizem que

A meta do sistema GTP, como metodologia é reaproximar estes três conceitos para analisar como funciona um determinado espaço geográfico em sua totalidade. A visualização das relações entre os elementos da paisagem leva o pesquisador a compreender a dinâmica da área estudada e como ela dialoga com a circunvizinhança. Sendo assim, a metodologia do sistema GTP serve não só para a delimitação e representação cartográfica das áreas, mas principalmente para a detecção dos problemas existentes no local e o grau de responsabilidade da ação antrópica sobre os mesmos, (PISSINATI; ARCHELA, 2009, p. 11).

É na apreensão das ideias destes autores que se escolhe o GTP considerando que as combinações dos elementos de uma unidade de paisagem é que vai garantir a fragilidade ou a potencialidade para determinar atividades de exploração humana, para agricultura, para a indústria para todo processo a se materializar na paisagem e no território.

Parece claro que o rural esteja no centro da discussão que condiciona um olhar à questão ambiental, assim temos a questão da sazonalidade das safras, rotação de culturas, as propriedades rurais e em tese o local onde de fato a natureza existe. Logo, um sistema altamente dinâmico, num sentido de preservar e incorporar novas dinâmicas diante de novos resultados à sua lógica.

Ressalvando-se a caráter de que não se tem a pretensão de dar um conceito acabado para o estudo da paisagem, pois se considera que o meio ambiente esteja recebendo mais atenção da ciência e de políticas às poucas décadas, sendo novo, assim como, o elemento humano é novo como parte do meio ambiente. Pissinati; Archela, (2009, p. 13) dizem que a revolução científica "tem muito o que aperfeiçoar antes de querer estabelecer conceitos

acabados para o estudo das paisagens”. Porém acredita-se que seja possível usar a teoria do sistema tripolar GTP como fundamentação científica para o estudo do meio rural.

É nesse sentido que tratando de um objeto de estudo na ideia de território, que o tempo se apresenta, e na paisagem a sua materialidade, com sua dinâmica complexa da terra, do ser humano, da política, do poder. E, como preocupação central da geografia seja a existência do homem na busca do recurso para sua sobrevivência. Paterson (1982, p. 21) expõe que

(...) respeito ao estudo das características da terra [...] um conjunto de condições naturais [...] que foi dotado de rochas, minerais, terra, água, vegetação e animais selvagens [...] **as características só se tornam recursos quando a população humana se encontra em situação de se beneficiar delas**, isto é, quando o homem usa as mãos para cavar, cortar ou cultivar, a inteligência para conceber usos em formas utilizáveis para o homem, contribuindo portanto, para sua sobrevivência. (PATERSON, 1982, p. 21, grifo nosso).

A preocupação com os FDM's, no âmbito do PPR e consequentemente a realização PIP's, se faz importante, no sentido de estudar essas relações de homem-natureza-meio-ambiente, especialmente no uso dos vários recursos existentes. Desse modo, numa relação dialética para tratar o objeto de estudo para que se possa obter resultados importantes e robustos, é que (ROSALÉM; ARCHELA, 2010) dizem sobre o realçar da questão natural, social e econômica de maneira a envolver todo o seu complexo.

Assim partem da formulação do diagrama de Bertrand; Bertrand (2007) de GEOSSISTEMA que representa a associação dos elementos e suas relações, em termos de POTENCIAL ECOLÓGICO (Geomorfologia + clima + Hidrografia), de EXPLORAÇÃO BIOLÓGICA (vegetação + Solo + Fauna) e AÇÃO ANTROPICA.

Em 1997, Bertrand elabora um conceito mais amplamente para o geossistema que se expõe a seguir:

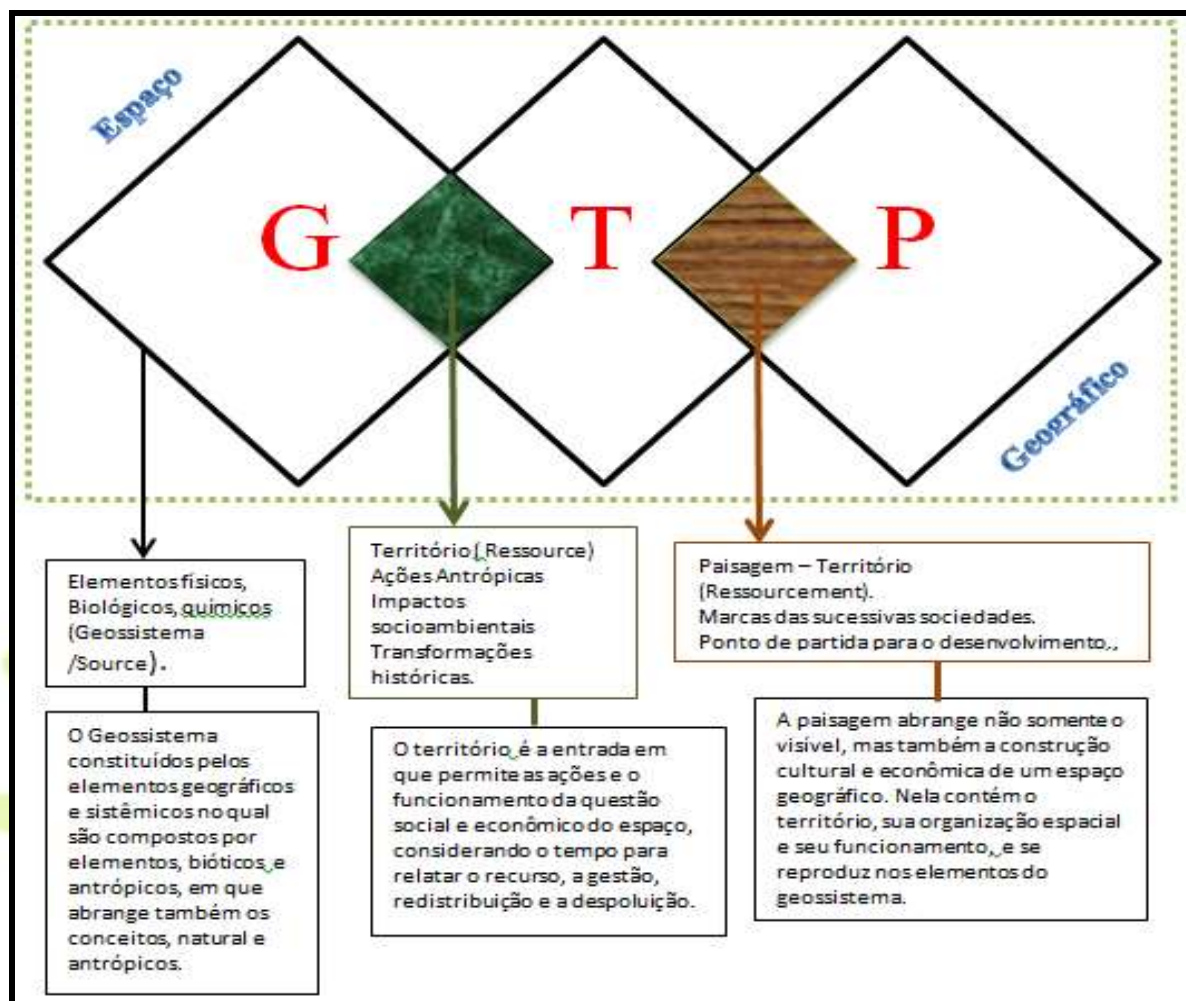


Figura 1: Representação do Sistema tripolar por Bertrand; Bertrand, 2007.

Fonte: Bertrand; Bertrand (2007). Org. Ribeiro. M. S. (2013).

Levando-se em consideração a ideia construída por Christofletti (1985, p. 79) quando diz que “tratar do objeto da geografia é assunto delicado, reflete a concepção que se possui da ciência geográfica. [...] [em qualquer instância] a observação constitui o principal instrumento”. Assim a delicadeza do tema não exige apenas um método como o bertraniano que é “policonceitual”, mas a observação refletida minunciosamente no objeto para o uso aplicável do “GTP” que se representa um notável avanço epistemológico, com relação ao conceito precedente de Geossistema, portanto, melhor elaborado capaz de explicar a complexidade e a diversidade. Passos, (2012, p. 137) corrobora quando diz que “este ‘conjunto tripolar’, ou seja, no interior da complexidade, enxergo três grandes tipos de diversidade: uma que está mais ou menos ligada aos fenômenos naturais, uma que está associada aos fenômenos da economia e outra aos culturais”. Assim, instaura-se como perspectiva a ideia de que partir de uma única categoria de análise não seria possível explicar

o todo complexo, sendo, portanto, de tal modo, um exercício de idealizar. Contudo, cabe ressaltar que mesmo diante de tal esforço ninguém é capaz de reunir o tudo. Mas a essência, sim pode constar num modelo conectivo. (PASSOS, 2012).

## O OBJETO DE ESTUDO À LUZ DO GTP

103

Busca-se compreender o desenvolvimento rural via programa de redução da pobreza, na consecução de Fóruns de Desenvolvimento Municipal - FDM e Projeto de Investimento Produtivo - PIP, este último como materialização territorial do poder exercido entre o público e o privado. Trata-se de um mecanismo fruto da concertação proveniente da governança nos fóruns. E, relacionando-se a apreensão dos conceitos de tempo-evento, natureza e sociedade, na perspectiva da GTP, perpassa a ideia de analisar o objeto de estudo em ambos em um tempo uno de racionalidade.

Tal perspectiva é um ensaio de articular e idear no campo da caracterização da área de estudo do geossistema, de território, de paisagem, utilizando-se de princípios de geografia de localização, de extensão, de causalidade e correlação, da comparação e da excepcionalidade. Que se verificará no campo porque se trata de uma complexidade na análise dos FDM's, uma vez que, se encontra envolvidas questões de ordem ambiental, para a instalação dos PIP's, questões de ordem social e política pelo interesse de desenvolvimento, sendo, pois, uma condição complexa, assim analisar a paisagem tem-se uma perspectiva integradora que exige uma noção sistêmica.

Contudo, admitindo-se em (GREGORY, 1992) que a difusão de ideias se processa gradualmente, e seu desenvolvimento depende quase sempre de força imaginativa ou da inovação proposta por um pesquisador, e isso ocorre quando um modelo existente e aceito foi testado em nova área ou contra um conhecimento ainda não aprovado dos processos ambientais. Gregory, (1992, p. 23) inferi ainda “então mais uma vez ambiência e a experiência do pesquisador podem exercer importante influência sobre a interpretação a respeito do meio ambiente [da paisagem e do território]”.

Para (MORIN, 2010) há coexistência entre simplicidade e a complexidade na perspectiva desta última, o esquema surge como, uma ferramenta simplificadora da linguagem científica através da representação gráfica, mas que pode proporcionar as direções de uma ideia complexa.



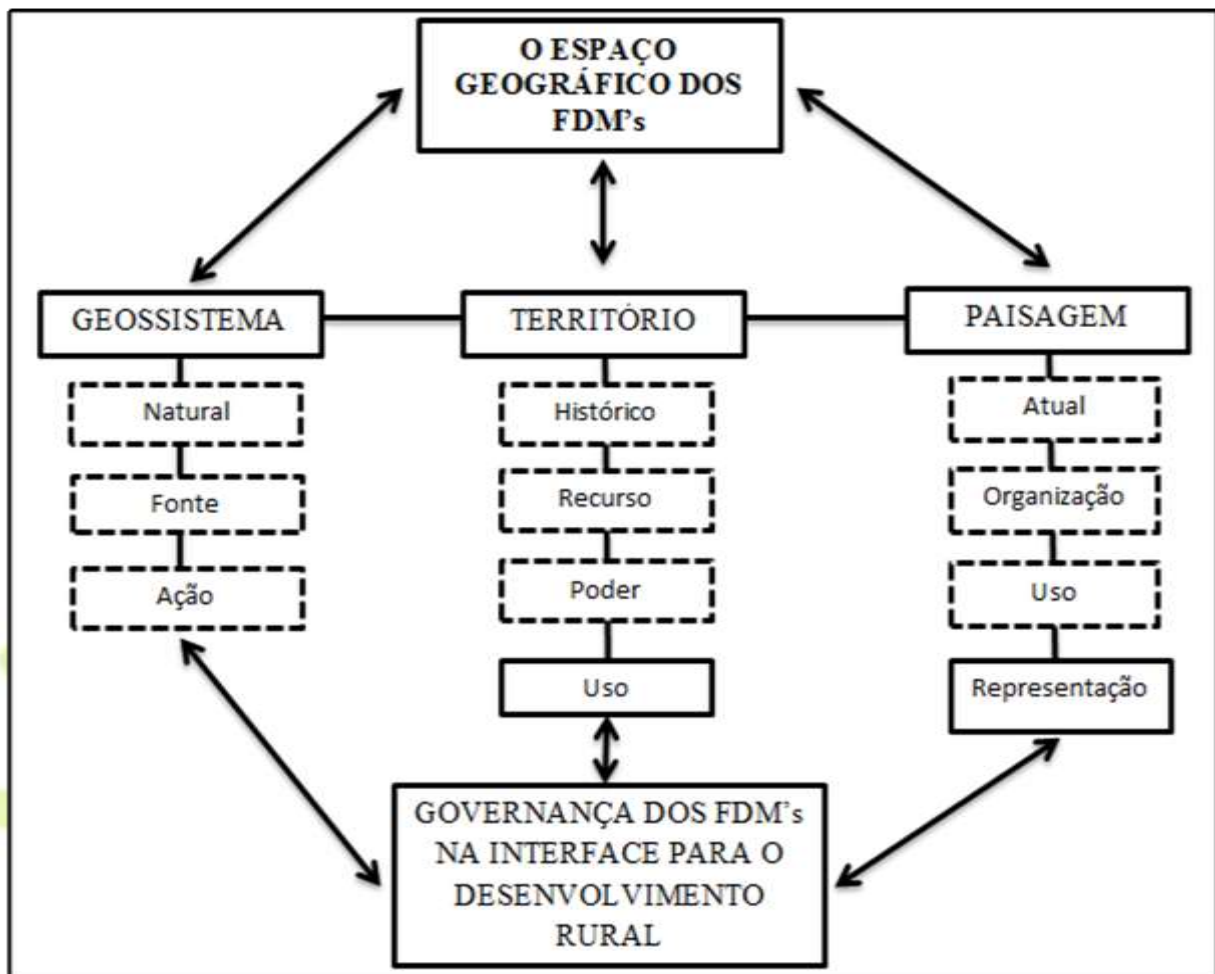


Figura 1. Representação do Sistema tripolar por Bertrand; Bertrand, 2007.

Fonte: Bertrand; Bertrand (2007). Org. Ribeiro. M. S. (2014).

Ressalva-se que não estamos provendo confusão entre categorias, nesse sentido, utilizamos da ideia de Passos<sup>4</sup> (2014) quando da utilização de geossistema, território e paisagem, conjuntamente no sistema GTP, essas categorias devem ser compreendidas como subsistemas, portanto, eliminam a conflituidade entre categorias de análise.

Desse modo, discorrendo uma tentativa integradora e interativa como possibilidade de superação entre teoria e prática, epistemologia e método, método e tecnologia, é que Bertrand; Bertrand (2007, p. 272) propõe “o sistema GTP, que associa o geossistema-fonte ao território-recurso e à paisagem-identidade [...]. É uma tentativa, de ordem geográfica, para matizar, ao mesmo tempo, a globalidade, a diversidade e a interatividade de todo sistema ambiental”. Nessa apreensão no emergir de uma ação com propósito de produzir mudanças, uma delas a

<sup>4</sup> Prof. Dr. Messias Modesto dos Passos – Universidade de Prudente - São Paulo, aula magna ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) com título “O meio ambiente e o retorno da geografia”. Proferida em, 23 de abril de 2014.

redução da pobreza no meio rural paraense, inscrevendo-se no território, este com suas complexas existências, pressupondo uma racionalidade ou a construção racional de sua evidência. A Amazônia tal como se vê, é bem isto, uma paisagem diferenciada, complexa, é, pois, um território de interesse mundial. Neste sentido, retornando a ideia de que o evento se põe num dado depósito final, obrigatório, um espaço chamado(s) lugar (es), (SANTOS, 2009). Ou se “sempre invocado o tempo é por toda parte mensurável, mas inapreensível” (BERTRAND; BERTRAND, 2007).

105

Fala-nos Passos<sup>5</sup> (2014) que o “trabalho geográfico é geografizar o meio ambiente no sentido de diagnosticar e prognosticar”, o objeto que nos interessa. Tal qual, qualquer porção da biota Amazônica examinada na perspectiva de desenvolvimento sustentável via FDM’s e PIP’s, deve-se se fundar de acordo com Silva, (2009, p. 216) “na eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica”. E, se assim o for, o GTP contribui com a governança como norteadora para o desenvolvimento.

Desse modo, a governança é gestão territorial de diferentes estruturas institucionais envolvidas no processo de gestão do desenvolvimento, onde o Estado é concebido como ator principal na regulação e controle dos processos econômicos e sociais que ocorrem territorialmente e assume o papel de estabelecer uma comunicação estratégica com os atores territoriais, (DALLABRIDA, 2011).

O território se funda como o espaço de estabelecimento do poder, e, este se faz por interesse. Nele há toda uma construção histórica, sua organização, assim como, o uso, tal seja a categoria – o território usado – que inclui o vivido, a interdependência e a inseparabilidade entre a natureza e o uso pelo homem, o trabalho e o sentido político que a ele está. (SANTOS; SILVEIRA, 2011).

Assim temos em Santos, (2010) que

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi. Quando se fala de território deve-se pois, de logo, entender que se está falando de território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2010, p. 96).

Agora passemos a entender porque se adota também o território usado como categoria de análise, é porque em uma eminente dinâmica que se estrutura na área, seus habitantes,

<sup>5</sup> Expressão proferida pelo professor Dr. Messias Modestos dos Passos, por ocasião do minicurso intitulado “para que serve o GTP” ministrado no Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGEO/UFPA, em 24 de abril de 2014.

carregados de necessidades e interesses, que exige o trabalho e a política, no sentido de pertencer, mas que para tal a realidade econômica demanda a envergadura de sustentabilidade no território, onde o dinheiro passa a ser o interesse preponderante da relação econômica. Daí a emergência dos FDM's como possibilidade de selecionar demandas que viabilize a sustentabilidade preconizada dentro do Programa Pará Rural. Mas para a produção da sustentabilidade territorial do meio rural, e, com devido cuidado num processo de gestão territorial, que se pretende chamar de governança territorial. Essa de mote pode passar a ser uma forma de responsabilizar a sociedade civil como responsável pelo “desenvolvimento sustentável” na Amazônia paraense.

O território compreende, a sua história de pertencer, onde a área reflete a dimensão da identidade da existência do homem, assim consta como o recurso como capital, seja natural, social, humano, e seu consequente uso. Para Wanderley; Favareto, (2013, p. 6) “o rural [que é território] é um lugar de produção, mas também um lugar de vida e um lugar de moradia”.

Na apreensão da paisagem na perspectiva do GTP, em específico no que tange aos FDM's no sentido de Governança, ao tratar a Amazônia no contexto da governança global em Silva (2009, p. 221) encontramos questionamentos “sobre a legitimidade dos atores” que na analogia do objeto de estudo dos atores locais especificamente, qual será a legitimidade frente ao Estado e as instituições credoras? Esta uma questão ainda em processo de verificação da resposta, pois o meio rural ao qual nos esforçamos a estudar, especialmente os FDM's. É compreendido a seguir em três ideias centrais.

Acerca do meio rural brasileira temos que ele não é uma categoria a-histórica, que se possa definir de maneira essencialista, independente do tempo e do lugar; que há uma expressiva heterogeneidade nessa ruralidade brasileira se manifesta em distintas escalas, dos grandes subespaços nacionais até a heterogeneidade que se apresenta nas diferentes formas predominantes de propriedade da terra e de organização econômica e social; consiste em apontar o vazio institucional que há nas formas de regulação territorial do rural brasileiro, fator que se explica pelo caráter periférico e residual conferido a estes espaços nas estratégias e na ideologia do desenvolvimento brasileiro. (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

A paisagem na ideia do GTP é enfim, a que representa a dimensão sociocultural de um conjunto geográfico que constam em si o geossistema e o território. É, pois, paisagem-identidade e provisionamento. (BERTRAND; BERTRAND, 2007). Assim apresentando-se como transversal na análise dos FDM's, de tal modo, se explicita que “é senão um jogo óptico

e de espelho que reenvia os geógrafos que nós somos para nosso trabalho de agrupar os territórios e de entender as paisagens”, (idem, 2007, p. 273).

A paisagem – território (*Ressourcement*), contida e expressa nas marcas sucessivas das sociedades, em tese o ponto de partida para o desenvolvimento, abrangendo não somente o visível, mas também a construção cultural e econômica de um espaço geográfico. E partindo de tal ideia para tratar a Amazônia Paraense, especialmente onde se constituiu FDM's no contexto e pretensão de desenvolvimento sustentável do meio rural, este um meio ambiente que é de se considerar como tal “complexo e indefinível demais para ser apreendido, a partir de um único conceito e de um único método, (Idem, 2007, p. 285)”. Onde o GTP passa a ser uma estratégia tridimensional, em três espaços, e em três tempos.

A governança se faz necessária, uma vez que em se tratando de territórios distintos, mas imbuídos num propósito de desenvolvimento. Mas que para a materialidade da proposição erguida via FDM's a relação natureza e sociedade deve ser analisada na perspectiva de cuidados sobre modo importante tendo como ponto de partida a paisagem, na visão a-histórica, que perpassa os interesses, o poder, a intencionalidade, para Bertrand; Bertrand, (2007, p. 290) a análise da paisagem ou paisagística “gira em torno da noção de território e se abre para o conjunto da questão do meio ambiente e do desenvolvimento”.

Os FDM's em Rover, (2007, p. 19) são entendidos “como ambientes de negociação, deliberação e implementação de políticas públicas, constituindo-se, portanto, como espaços institucionais da gestão política”. É, portanto, a expressão de governança na horizontalidade da tomada de decisão.

No entanto, ao pensar determinado meio ambiente, é necessário pensar até que ponto um determinado território é capaz de responder satisfatoriamente na promoção de desenvolvimento sustentável, sem antes, analisar a sua especificidade. Na Amazônia, presume-se que antes, porém, da instauração de uma política para o desenvolvimento territorial, é importante com diz Freitas (2009) ao lembrar como ressalva as investidas via “ciclos econômicos” por políticas públicas nacionais inadequadas, precárias e fracassadas. Tais investidas do capital “deixou uma dívida incalculável ao patrimônio físico e sociocultural de seus povos e território” (idem, p. 15).

Os FDM's se constituem, fundamentalmente, em consensos mínimos na perspectiva de governança territorial, concebe-se o como uma instituição entre o público e o privado, como a ativação de energias sociais para gestão territorial (DALLABRIDA, 2011).

A paisagem assume, além dos aspectos naturais, uma dimensão fortemente histórica, ligada às formas e ritmos da sua apropriação e que repousa sobre as inter-relações materiais e energéticas, sendo um complexo cuja organização está na relação entre homem e a natureza (FIGUEIRÓ, 2011).

A perspectiva de criação de fóruns para o desenvolvimento municipal e seu objetivo de reduzir a pobreza capta a ideia de dependência de técnicas para inovar, ou mesmo, minimamente para melhorar a produção no meio rural, dando-se com a realização de Projeto de investimentos produtivos (PIP). Leff (2000) nos traz a lembrança que

O desenvolvimento rural caracterizou-se por marcadas diferenças na sua organização produtiva: ao lado de modernas empresas agrícolas, o desaparecimento de um amplo setor de subsistência provocou a subutilização do potencial dos recursos naturais e culturais (LEFF, 2000, p. 29).

Isso explica claramente o porquê da ausência de produção da agricultura de pequena escala de maneira competitiva no mercado, assim pontuam-se os grandes desequilíbrios do desenvolvimento que contribuem ao avanço da pobreza absoluta; a dificuldade de enfrentar o processo de industrialização e de modernização agrícola; a transculturação tecnológica, que gera uma degradação do potencial produtivo dos ecossistemas, o desuso das práticas tradicionais das comunidades rurais e a destruição das forças culturais de produção da sociedade.

É sobre a paisagem que se realiza as ações, construindo-se novas feições e compreendendo o território como espaço das relações sociais entre agentes, os quais, pela sua natureza e características, tornam cada espaço dotado de especificidade. Tais sejam as evidências dos fóruns estudados onde a complexidade dos conceitos também se faz sentir, sendo o território, a paisagem, a gestão social mais identificada com a dimensão processual da governança territorial. A governança como dinâmica, depende dos contextos políticos, institucionais e culturais, é também a relação entre governo e governança. Nesse sentido, os FDM's são uma forma de descentralização do poder, constituído do poder local.

No entanto, Brandão (2012) evoca a atenção ao que se tratando dos países centrais em seus vários planos de atuação, uma das armas usadas foi a “teoria do poder local” onde

Criando as **falsas ideias de desenvolvimento local** (ou região) competitiva, emanada de ações locais ou regionais. Seus apressados seguidores parecem não perceber que o propalado poder local não conta com a prerrogativa necessária à formulação e execução de uma política de desenvolvimento. (BRANDÃO, 2012, p. 25, grifo nosso).

Conjectura o referido autor quando infere que é preciso repactuar relações, reconstruir espaços públicos e canais institucionalizados de concertação de interesses e estabelecer contratos sociais territorializados.

Contudo, no esforço de pensar a ideia de paisagem, sua emergência e sua rejeição para expor o objeto de estudo – FDM e desenvolvimento sustentável do meio rural -, encontra-se em Bertrand; Bertrand, (2007, p. 215) que “a paisagem é dessa forma esmagada entre excesso de sensatez e de loucura, ou, mais prosaicamente, entre o desprezo e a impostura”. Tal seja a forma de implantação de projetos na Amazônia, sem o devido cuidado com a paisagem existente, exigindo uma imprescindível necessidade de estudos da paisagem como objeto de uso por políticas que preconiza o desenvolvimento sustentável.

Pois a paisagem é bem isto que a gente vê, mas a gente não a vê jamais diretamente, a gente não a vê jamais isoladamente e a gente não a vê jamais pela primeira vez. A paisagem está no espelho da sociedade, e por essência um produto, ou mais exatamente um processo de interface entre o homem e a natureza. (BERTRAND; BERTRAND, 2007).

Um objeto de estudo, sendo um complexo, que não se explica somente a partir da ideia de paisagem como categoria de análise, o território também está presente com suas múltiplas facetas, aliás, o território usado, levando-se em “considerações a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política”. (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 225).

De tal maneira, a exposição que se propõe, tem um desdobramento fortemente ligado não apenas por meio de uma categoria de análise geográfica, uma vez que se tem no PPR, uma conexão que envolve FDM's, a Secretaria Meio Ambiente do Estado (SEMA) e o Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA) como coparticipantes na configuração organizacional para realizar via política de desenvolvimento territorial, tendo como possível a gestão horizontal na tomada de decisões entre o governo e a sociedade civil. O território em um de seus sentidos se verifica no conjunto de ações políticas, de um lado a SEMA, com efeito no cuidado da questão ambiental e de outro o ITERPA concernente a regularização fundiária, ambas convergindo para a consecução da governança territorial no sentido que se preconiza a criação do programa para a redução da pobreza no meio rural paraense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Amazônia, qualquer desdobramento político que vise o desenvolvimento territorial sustentável requer atenção, não apenas por se tratar da Amazônia como capital natural de interesse mundial, mas essencialmente por sua impar e complexa realidade que inclui povos, a fauna, e flora, bem como toda a sua riqueza de subsolo, e em tese a biota é essencialmente recurso.

Da ideia de recurso como meio de sustento, estudo das características da terra, naturais ou da autoria do homem, então, consideradas não só como fenômenos, mas também como recursos. Por isso, escolhem-se os fóruns nos municípios especialmente, para aplicação, análise e discussão do GTP como contribuição da governança dos Fóruns como contribuição ao desenvolvimento territorial local. Tendo em vista que para implementar a política de desenvolvimento sustentável via Pará Rural, é necessário ordenar o território. Assim, acredita-se ser importante a metodologia do GTP para externar as fragilidades e as possibilidades seguras ou mais acertadas de usos da paisagem no território pretendido para ação.

O meio rural que é um sistema dinâmico, tanto devido à busca natural por um equilíbrio entre seus elementos, quanto em decorrência das atividades humanas. Porções áreas e da paisagem que são ocupadas por famílias de agricultores, o meio rural também apresenta uma cultura arraigada às experiências de seus pioneiros e ao amor à terra. Constituindo mais uma razão de aproveitar a visão holística que se preconiza no GTP, reforçando a razão para a construção do objeto de estudo por meio da utilização do sistema bertraniano, como uma importante contribuição epistemológica, com imbricamento do território usado, em cujos se encontra aproximações entre os conceitos das categorias envolvidas na pesquisa.

Nesta perspectiva o texto é um ensaio de articular e idear no campo da caracterização da área de estudo com o uso do GTP, utilizando-se de princípios de geografia. Por esse viés já se nota uma complexidade que possam existir nas análises dos FDM's, uma vez que, estão envolvidas questões de ordem ambiental, fundiária para a instalação dos projetos de investimento produtivos, questões de ordem social e política pelo interesse de desenvolvimento, onde a paisagem na sua expressão integradora dos fóruns seja possível empreender a governança na interface do desenvolvimento rural sustentável. Razões que nos convence que ao utilizar o GTP tem como possibilidade expor o objeto de estudo de formas a englobar diversos aspectos mais categoricamente.

Portanto, a governança se faz necessária, uma vez que, em se tratando de territórios distintos, mas imbuídos num propósito de desenvolvimento, onde propô-lo é algo desafiador, assim havendo governança nos fóruns, se acredita que ocorrerá o pretense desenvolvimento territorial com reflexo em termos de redução da pobreza do meio rural, o que influi exercer o pensamento de que a governança é dinâmica e depende dos contextos políticos, institucionais e culturais, é também a relação entre governo e governança.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global: Esboço Metodológico**. R. RAËGA, Curitiba, Editora UFPR 2004. n. 8, p. 141-152.
- BERTRAND, George et BERTRAND, Claude. **Uma geografia Transversal e de transversais: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades** / George e Claude Bertrand; organizador Messias Modesto dos Passos. Maringá: Ed. Massoni, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento: escalas entre o local e o global** / Carlos Brandão, - 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- CHRISTOFOLETTI, Antônio. As perspectivas da nova geografia. In: **Perspectiva da geografia**. Antônio Christofolletti (org.). – Campus de Rio Claro: 2ª ed. Difel, 1985.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança Territorial e desenvolvimento: Introdução ao tema. In: **Governança Territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estrutura subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estaduais** / Adriana Marques Rosseto [et al.]; Valdir Roque Dallabrida (org.). – Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- FIGUEIRÓ, Adriano Severo. Tradição e mudança em geografia física: apontamentos para um diálogo interno. In: **Diálogo em Geografia Física** / Adriano Severo e Eliane Foletto (org.). – Santa Maria: Ed. da UFSM. 2011. 20 p.
- FREITAS, M. C. da S. Os Amazônidas contam sua história: Territórios, Povos e populações. In: **Amazônia: Território, Povos Tradicionais e Ambiente** / Elenise Scherer, José Aldemir de Oliveira (Org.). – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. 15 p.
- GOMES. Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade** / Paulo Cesar da Costa Gomes. - 6ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- GREGORY, K. J. **A Natureza da geografia física** / J. K. Gregory: Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. – Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 1992.
- GUERRA, Maria Daniely Freire; SOUZA, Marcos José Nogueira de; LUSTOSA, Jacqueline Pires Gonçalves. Revisitando a Teoria Geossistêmica de Bertrand no Século XXI: Aportes para o GTP(?). In: **Geografia em questão**. v. 05 - N. 02. 2012 pág. 28-42
- LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável** / Enrique Leff; tradução de Jorge Esteves da Silva. – Blumenau: ed. da FURB, 2000.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder** / Enrique Leff; tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth – Petrópolis, RJ: vozes, 2001.
- MORIN, Edgar, 1921 – **Ciência com consciência** / Edgar Morin: tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. – Ed. revista e modificada pelo autor – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.



- PARTERSON. J. H. **Terra, trabalho e recursos: Uma introdução a geografia econômica** / J. H. Parterson: tradução de Fernando de Castro Ferro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- PASSOS, Messias Modesto dos. **A geografia e as novas tecnologias**. UFAM: Revista Geonorte, Edição Especial, v. 4, n. 4. 2012. p. 136 – 145.
- PASSOS, Messias Modesto dos. **O meio ambiente e o retorno da geografia** – Universidade de Prudente - São Paulo, aula magna proferida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Em, 23 de abril de 2014.
- PASSOS, Messias Modesto dos. **Para que serve o GTP** – Universidade de Prudente - São Paulo, Mini curso, ministrado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Em, 24 de abril de 2014.
- PISSINATI, Mariza C.; ARCHELA, Rosely S. **Geossistema território e paisagem – método de estudo da paisagem rural sob a ótica bertrandiana**. Geografia – v. 18, n. 1, jan./ jun. 2009 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. <http://www.uel.br/revista/uel/index.php/geografia>.
- ROSALÉM, Nathália Prado; ARCHELA, Rosely Sampaio. Geossistema, Território e Paisagem como Método de Análise Geográfica. In: tema: **Identidade epistemológica e desafios da Geografia Física no início do século XXI**. VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física e II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, Universidade de Coimbra, Maio de 2010.
- ROVER, Oscar José. **Redes de Poder e Governança Local: Análise da gestão político-administrativa em três fóruns de desenvolvimento com atuação na região Oeste de Santa Catarina/Brasil**. 2007. Tese de doutorado da UFRGS. Disponível em: > <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13487/000648753.pdf?sequence=1>
- SANTOS, Milton. **Natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. 5. Reimp. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SANTOS, Santos, 1926 – 2001. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XIX** – Livro vira-vira 1/ Milton Santos [e Maria Laura Silveira]. – Rio de Janeiro: Bestbolso, 2011.
- SANTOS, Santos. **Por uma outra globalização: do ponto único à consciência universal** / Milton Santos. – 19ª ed. – rio de Janeiro: Record , 2010.
- SILVA, Alberto Teixeira. Integração e Governança na América do Sul: O Caso da OTCA. In: **Amazônia no Cenário sul-Americano** / Luís E. Aragón, José Ademir de Oliveira (org.). – Manaus: Editora da Universidade Federal da Amazônia, 2009.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; FAVARETO, Arilson. **A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas**. In: Relatório Final - Projeto “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil” Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola – IICA. Brasília, Fevereiro/2013.

Artigo Recebido em: 10 de maio de 2014.  
Artigo Aprovado em: 15 de junho de 2014.